

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda., relativas aos exercícios de 2010 e 2009, de acordo com a legislação vigente. Agradecemos aos nossos clientes, associados, fornecedores, entidades governamentais e órgãos reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados. São Paulo, março de 2011. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2010	2009	Passivo	Nota explicativa	2010	2009
Circulante		25.913	20.614	Circulante		15.825	13.302
Disponível		1.112	538	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		11.511	8.596
Realizável		24.801	20.076	Provisão de risco	9	-	4.997
Aplicações	4	20.392	17.255	Provisão de eventos a liquidar	9	5.830	3.597
Títulos de renda fixa		20.392	17.255	Outras provisões técnicas		5.681	2
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	3.526	2.431	Tributos e contribuições a recolher		1.231	2.319
Contraprestações pecuniárias a receber		3.880	2.582	Débitos diversos		3.083	2.387
Provisão para perdas sobre créditos		(354)	(151)	Não Circulante		1.532	1.045
Títulos e créditos a receber		679	295	Exigível a longo prazo		1.532	1.045
Outros valores e bens		204	95	Provisões		1.506	964
Não Circulante		12.784	10.622	Provisão para tributos diferidos	12.b	1.390	811
Realizável a Longo Prazo		2.302	131	Obrigações legais e outros passivos contingentes	10	116	153
Títulos e créditos a receber		2.090	103	Débitos diversos		26	81
Outros créditos a receber		212	28	Patrimônio Líquido		21.340	16.889
Imobilizado	7	929	259	Capital social	11	3.500	3.500
Bens móveis		573	541	Reservas de lucros		17.840	13.389
Outras imobilizações		827	616				
Depreciações acumuladas		(471)	(898)				
Intangível		9.553	10.232				
Ativo intangível - Odontológico		11.913	11.913				
Amortização acumulada		(2.360)	(1.681)				
Total do Ativo		38.697	31.236	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.697	31.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Outras		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		3.500	9.565	-	13.065
Lucro líquido do exercício		-	-	24.524	24.524
Destinação:					
Dividendos distribuídos	11.b	-	(9.565)	(10.635)	(20.200)
Juros sobre capital próprio distribuídos	11.b	-	-	(500)	(500)
Constituição de reserva		-	13.389	(13.389)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		3.500	13.389	-	16.889
Lucro líquido do exercício		-	-	28.991	28.991
Destinação:					
Dividendos distribuídos	11.b	-	(7.000)	(17.000)	(24.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos	11.b	-	-	(540)	(540)
Constituição de reserva		-	11.451	(11.451)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		3.500	17.840	-	21.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda. ("Operadora") tem por objetivo, a comercialização e operação de planos de assistência à saúde odontológica, a prestação de serviços no campo da odontologia, de um modo geral, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 207 de 22 de dezembro de 2009 e regulamentada pela Instrução Normativa - IN nº 36, de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 19 de dezembro de 2009, a ANS, por meio da Instrução Normativa RN nº 37, incorporou à legislação de saúde suplementar as diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com exceção do CPC 11, que será objeto de regulamentação específica da ANS. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Operadora adotou as novas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. A adoção desses novos pronunciamentos, emitidos pelo CPC, não gerou efeitos nas suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ajuste a valor presente: Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Nas datas-base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Além do disponível, os títulos e valores mobiliários com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa são classificados como caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, eram compostos apenas por saldos de caixa e bancos. **c) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **d) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Operadora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a (a) ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial". **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor

recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **e)** A provisão para perdas sobre créditos é constituída pelo percentual de 100% sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica. Adicionalmente, a partir de 2009, passou a ser constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. **f) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens. **g) Intangível:** O intangível consiste em montantes pagos na aquisição de carteira de clientes, os quais são amortizados com base nos prazos dos benefícios econômicos futuros esperados. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de ajustar a provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor provável de recuperação de ativos não financeiros. Dentro desse contexto, o intangível e outros ativos não financeiros, foram reavaliados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Operadora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros. **i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** A provisão de risco para garantia de obrigações contratuais, classificada no grupo "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde - Provisão de risco" foi integralmente revertida conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **j) Reconhecimento das receitas operacionais:** Até 31 de dezembro de 2009, as receitas de contraprestações, a modalidade de preço pré-estabelecido, eram apropriadas no resultado na data de início de vigência de cobertura dos contratos. A Operadora constituía provisão de risco para garantia da obrigação contratual, que era registrada em "Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde - Provisão de risco", calculada de acordo com as determinações da Resolução Normativa da ANS - RN nº 160, de 3 de julho de 2007. A partir de 1º de janeiro de 2010, de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 206 de 2 de dezembro de 2009, a receita passou a ser contabilizada pelo valor correspondente do período de cobertura do risco incorrido ("pro-rata dia"), e os saldos da provisão de risco foram revertidos para o resultado. Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, o valor correspondente é registrado na conta de faturamento antecipado, redutora do ativo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência. **k) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo, no pressuposto de sua realização futura. **m) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo. • Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados pela Operadora e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo. • É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **n) Obrigações legais e outros passivos contingentes:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. Os passivos contingentes são reconhecidos levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a causa das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento do Poder Judiciário, sempre que a perda puder ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação aplicável. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão das normas contábeis da ANS não contemplarem tal possibilidade. **o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Operadora use de julgamento na determinação e no

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	2010	2009
Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde		121.652	106.887
Contraprestações líquidas		128.254	112.171
Variação das provisões técnicas		(682)	(712)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(5.920)	(4.572)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(54.897)	(53.445)
Eventos indenizáveis		(57.886)	(56.727)
Recuperação de eventos indenizáveis		2.989	3.282
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		66.755	53.442
Outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		2.220	4.854
Outras despesas operacionais de assistência à Saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		(98)	(670)
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(122)	(84)
Resultado Bruto		68.755	57.542
Despesas de Comercialização		(2.632)	(2.438)
Despesas Administrativas	13	(24.457)	(20.452)
Outras Despesas Operacionais	14	(525)	(90)
Resultado Financeiro Líquido		1.980	1.892
Receitas financeiras		2.036	1.992
Despesas financeiras		(56)	(100)
Resultado Operacional		43.121	36.544
Resultado não Operacional		72	57
Resultado antes dos Tributos e das Participações		43.193	36.511
Imposto de renda	12	(11.324)	(8.107)
Contribuição social sobre o lucro líquido	12	(4.242)	(2.944)
Tributos diferidos	12	1.408	(922)
Participações no resultado		(44)	(14)
Lucro Líquido do Exercício		28.991	24.524
Lucro Líquido por Cota Representativa do Capital Social - R\$		8,28	7,01

A Operadora não apresenta resultados abrangentes nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
Receitas	129.661	116.484
Contraprestações líquidas	128.254	112.171
Outras receitas operacionais	2.220	4.854
Resultado não operacional	72	57
Variação das provisões técnicas	(682)	(712)
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos	(203)	114
Insumos Adquiridos de Terceiros	(67.101)	(66.421)
Eventos indenizáveis líquidos	(54.897)	(53.445)
Outras despesas operacionais	(322)	(204)
Despesas de comercialização	(2.632)	(2.438)
Despesas administrativas	(9.250)	(10.334)
Valor Adicionado Bruto	62.560	50.063
Retenções	(741)	(48)
Depreciações e amortizações	(741)	(48)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Operadora	61.819	50.015
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.036	1.992
Receitas financeiras	2.036	1.992
Valor Adicionado Total a Distribuir	63.855	52.007
Distribuição do Valor Adicionado	63.855	52.007
Pessoal e encargos sociais	11.782	8.608
Salários e encargos sociais	8.795	7.433
Honorários da diretoria	2.943	1.161
Participações no resultado	44	14
Tributos	21.912	18.132
Federais	19.095	15.470
Municipais	2.817	2.662
Financiadores	1.170	743
Despesas financeiras	56	100
Aluguéis	1.114	643
Lucros distribuídos	17.540	11.135
Dividendos distribuídos	17.000	10.635
Juros sobre o capital próprio distribuídos	540	500
Lucro retido	11.451	13.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
Atividades Operacionais	2010	2009
Recebimentos de plano de saúde	125.579	111.264
Resgates de aplicações financeiras	64.062	33.071
Recebimentos de juros de aplicações financeiras	1.757	1.499
Outros recebimentos operacionais	2.549	5.036
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(50.652)	(53.850)
Pagamento de comissões	(2.583)	(2.354)
Pagamento de pessoal	(10.289)	(10.339)
Pagamento de pró-labore	(2.312)	(922)
Pagamento de serviços de terceiros	(5.177)	(5.149)
Pagamento de tributos	(26.684)	(15.382)
Pagto. de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(32)	(38)
Pagamento de aluguel	(1.114)	(643)
Pagamento de promoção/publicidade	(140)	(400)
Aplicações financeiras	(67.510)	(34.834)
Outros pagamentos operacionais	(2.085)	(4.542)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	25.369	22.417
Atividades de Investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(710)	(64)
Outros pagamentos das atividades de investimento	-	(1.415)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(710)	(1.479)
Atividades de Financiamento		
Outros pagamentos das atividades de financiamento - dividendos pagos	(24.085)	(20.200)
Outros pagamentos das atividades de financiamento - juros sobre o capital próprio pagos	-	(400)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(24.085)	(20.600)
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	574	338
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial	538	200
Saldo final	1.112	538
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	574	338
Ativos livres no início do exercício	12.201	12.129
Ativos livres no fim do exercício	17.065	12.201
Aumento nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	4.864	72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

registro de determinadas estimativas. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, tributos diferidos, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

4. APLICAÇÕES (INSTRUMENTOS FINANCEIROS)

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2010			2009		
	Valor justo			Valor de custo	Valor justo	Valor de custo
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos			
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Operações Compromissadas - Debêntures	-	14.920	1.032 15.952	15.952	-	-
Subtotal	-	14.920	1.032 15.952	15.952	-	-

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	2010		2009	
	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo	Valor justo
Mantidos para negociação - Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.604	507	-	3.111
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	771	-	558 1.329	1.329 1.230
Subtotal	3.375	507	558 4.440	4.440 17.255
Total da carteira	3.375	15.427	1.590 20.392	20.392 17.255

Os CDBs têm remuneração diária vinculada à taxa dos Depósitos Interbancários - DIs com vencimentos variáveis até agosto de 2015. Essas aplicações são classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, por se tratarem de títulos de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os títulos públicos e privados integrantes da carteira e oferecidos para a garantia de provisões técnicas encontravam-se custodiados no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia e na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, respectivamente. (*) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição das contas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2010					Total
	A vencer		Vencidas			
	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	
Prêmios a receber	2.572	9	371	230	698	3.880
Total de prêmios a receber	2.572	9	371	230	698	3.880
Provisão para perdas sobre créditos						(354)
Total líquido						3.526

	2009					Total
	A vencer		Vencidas			
	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	
Prêmios a receber	1.849	-	458	166	109	2.582
Total de prêmios a receber	1.849	-	458	166	109	2.582
Provisão para perdas sobre créditos						(151)
Total líquido						2.431

6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2010	2009
Títulos e créditos a receber - Créditos tributários (nota explicativa nº 12.b)	2.090	103
Outros créditos a receber - Depósitos judiciais	212	28
Total	2.302	131

7. IMOBILIZADO

	2010		2009	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos odontológicos e eletrônicos	10 a 20	462 (316)	146	139
Móveis, utensílios e máquinas de escritório	10	69 (41)	28	22
Benefitárias em imóveis de terceiros	20	779 (51)	728	64
Outros	-	90 (63)	27	34
Total		1.400 (471)	929	259

Movimentação dos saldos

	2010		Total
	Bens móveis	Outras imobilizações	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	156	103	259
Adições	31	700	731
Depreciação	(21)	(40)	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	166	763	929

8. INTANGÍVEL

	2010		Total
	Custo	Amortização acumulada	
Aquisição de carteira de beneficiários	11.913	(2.360)	9.553
Total	11.913	(2.360)	9.553

Em 2008, a Operadora adquiriu as carteiras de beneficiários de planos de assistência odontológica da Odontoclínicas do Brasil Ltda., por R\$5.500, transação a qual foi autorizada pela ANS, por meio do Ofício nº 1.133, em 29 de abril de 2008, e da Interdort S/C Ltda. por R\$4.000, transação a qual também foi autorizada pela ANS, pelo Ofício nº 321, em 3 de fevereiro de 2009. Em 2007, a Operadora havia adquirido a carteira de beneficiários de planos de assistência odontológica da Plenna Dental Ltda. por R\$2.413, transação autorizada pela ANS por meio do Ofício nº 4062 em 30 de novembro de 2007.

9. RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 22 de dezembro de 2009, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 209, que estabeleceu novas regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram: • O Patrimônio Mínimo - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base de R\$5.244 (R\$5.002 em 31 de dezembro de 2009), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o patrimônio mínimo ajustado requerido da Operadora em 31 de dezembro de 2010 é de R\$169 (R\$162 em 2009). • A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A constituição dessa provisão é facultativa para as operadoras do segmento odontológico. A Administração da Operadora concluiu os estudos técnicos, e registrou o montante apurado dessa provisão na rubrica "Outras provisões Técnicas", uma vez que a nota técnica atuarial encontra-se em processo de aprovação na ANS. • Dependência Operacional: é o valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos assistenciais e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação de planos privados de assistência à saúde. O limite permitido pela ANS é de 30 dias. A Operadora apresenta excedente operacional inferior à zero, não estando obrigada a manter ativos garantidores. • Em atendimento à Resolução Normativa nº 206 de 22 de dezembro de 2009, a partir de 1 de janeiro de 2010 a Operadora reverteu ao resultado à totalidade dos montantes registrados na rubrica "Provisão de Risco" a crédito da conta de resultado "Variação das provisões técnicas". A partir dessa data, as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido passaram a ser apropriados pelo valor correspondente ao rateio diário - "pro rata" dia - do período de cobertura de cada contrato.

10. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Obrigações legais e outros passivos contingentes: A Operadora é parte de processos judiciais cujos saldos das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são os seguintes:

	2010		2009	
	Valor da provisão	Valor reclamado	Valor da provisão	Valor reclamado
Obrigações legais:				
PIS	-	-	58	58
INSS	1	1	11	11
Contingências trabalhistas (a)	12	569	79	87
Contingências cíveis (a)	103	202	5	5
Total	116	772	153	161

A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	2009	Adições	Reversões/pagamentos	2010
	Obrigações legais:			
PIS	58	-	(58)	-
INSS	11	-	(10)	1
Contingências trabalhistas (a)	79	-	(67)	12
Contingências cíveis (a)	5	98	-	103
Total	153	98	(135)	116

(a) A Operadora é parte reclamada em certas ações de natureza cível e trabalhista, estando as ações com probabilidade de perda provável provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos. A Operadora apresenta outras ações de natureza cível e trabalhistas, que de acordo com os seus consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não estão provisionadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 3.500.000 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma. b) **Destinação do lucro:** A destinação do lucro líquido do exercício é reconhecida contabilmente quando de sua deliberação pelos sócios. A Operadora poderá, a qualquer tempo, apurar balancetes intermediários e distribuir lucros neles baseados, sendo os eventuais prejuízos suportados pelos sócios na proporção de suas participações no capital social. Em 31 de dezembro de 2010, o montante de dividendos distribuídos foi de R\$24.000 (R\$20.200 em 2009). A parcela remanescente do lucro líquido foi destinada à Reserva de lucros, sujeita à deliberação dos cotistas. Em 2010, a administração da Operadora optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - T.J.L.P, aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$540 (R\$500 em 2009), resultando em benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$184 (R\$170 em 2009).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2010		2009	
	IR	CSSL	IR	CSSL
Resultado antes dos tributos e das participações	43.193	43.193	36.511	36.511
Juros sobre o capital próprio e participações	(584)	(584)	(514)	(514)
Resultado antes dos tributos	42.609	42.609	35.997	35.997
Adições permanentes- Despesas não dedutíveis	378	378	280	280
Lucro tributável	42.987	42.987	36.277	36.277
Total dos tributos	(10.723)	(3.869)	(9.045)	(3.264)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	75	-	201	-
Fundo da criança e do adolescente	60	-	40	-
Lei Rouanet	240	-	161	-
Incentivo à Lei do Esporte	59	-	-	-
Outros	-	-	(143)	77
Total	(10.289)	(3.869)	(8.786)	(3.187)
Total de despesas no exercício	-	(14.158)	-	(11.973)

b) A composição dos créditos tributários, incluídos em outros créditos a receber, no realizável a longo prazo, é demonstrada como segue:

	2010	2009
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões para contingências	39	52
Provisão para devedores duvidosos	120	51
Outras provisões técnicas	1.931	-
Total do imposto diferido ativo (nota explicativa nº 6)	2.090	103
Créditos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de amortização do intangível para fins fiscais	(1.390)	(811)
Total do imposto diferido passivo	(1.390)	(811)
Total do imposto diferido, líquido	700	(708)

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial 31/12/09	(521)	(187)	(708)
(+) créditos tributários	1.035	373	1.408
Saldo final em 31/12/10	514	186	700

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2010	2009
Pessoal e serviços de terceiros	(17.811)	(14.723)
Localização e funcionamento	(4.895)	(3.998)
Tributos	(727)	(777)
Publicidade e propaganda	(67)	(82)
Outras	(957)	(872)
Total	(24.457)	(20.452)

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Constituição/reversão de provisão para perdas sobre créditos	(203)	114
Perdas efetivas nos recebimentos	(206)	(363)
Reversão (constituição) de provisão para contingências	37	212
Outras	(153)	(53)
Total	(525)	(90)

15. PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Intermédica Sistema de Saúde S.A.:				
Receitas de Plano de Saúde Odontológica	810	-	302	297
Despesas de Planos de Assistência Médica	-	-	(218)	(280)
Notre Dame Seguradora S.A.:				
Contas a Receber	-	2	-	-
Receitas de Plano de Saúde Odontológica	-	-	23	24
Fornecedores	(6)	-	-	-
Despesas de Planos de Assistência Médica	-	-	(6)	-
Locben - Locação de Bens Ltda.:				
Despesas com aluguéis de bens móveis	-	-	(92)	(196)

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Operadora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no ano de 2010 foi de R\$2.943 (R\$1.161 em 2009). A Operadora não possui beneficiários de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Operadora não operou e nem apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de transações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Operadora opera exclusivamente com planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de mercado e concorrência, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

Risco de mercado e concorrência: A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de crédito: O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3 e).

Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com liquidez imediata, bem como em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 159, de 3 de julho de 2007, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 4.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria e sócios cotistas da Operadora em 28 de fevereiro de 2011.

Suzana Athayde
Contadora - CRC nº 1SP165648/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.** ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião